



CARTA DE SALVADOR

Salvador, 21 de julho de 2025.

A crise climática e ecológica e seus graves impactos impulsionam o debate público sobre a necessidade de promoção de descarbonização da matriz energética mundial e avanço em direção a uma economia de baixo carbono. Contudo, as crescentes tensões geopolíticas, a fragilização do sistema multilateral internacional e das democracias ocidentais direcionam as estratégias nacionais e dos múltiplos agentes e interesses privados para um corrida industrial, tecnológica e comercial em busca da garantia presente e futura da segurança energética local. Estas dinâmicas, produzem uma reorganização das redes globais de produção, além de atingirem diretamente e de forma assimétrica os territórios, a biodiversidade, as comunidades, os trabalhadores do campo e urbanos, além das regulações sociais e econômicas no Sul Global.

Para nós - movimentos sociais, organizações populares, coletivos comunitários, empreendimentos da economia solidária, mulheres negras, juventudes periféricas e representantes dos povos dos territórios - a consolidação de um novo paradigma energético mundial e no Brasil não será um processo trivial e linear, tampouco será justo se não for ancorado na participação e diálogo social. Para ser justa a transição energética precisa ter participação dos povos. Só com justiça social e reparação histórica há sustentabilidade.

Sabemos que a segurança energética está no centro das transformações geopolíticas do tempo presente. A emergência climática e os avanços tecnológicos são vetores importantes para a transição energética, mas a construção de convergência

entre políticas públicas e os interesses dos múltiplos atores envolvidos é essencial para desenvolver as condições econômicas e sociais que viabilizem esse processo.

O Estado deve liderar e coordenar as estratégias nacionais de enfrentamento à urgência climática, de promoção de uma nova economia de baixo carbono e de financiamento das mudanças em curso, seja através da construção de novos arcabouços regulatórios, sistemas de políticas públicas ou acordos internacionais comerciais e de cooperação. A transição justa passa necessariamente pelo fortalecimento da coisa pública, das empresas estatais e participação popular. O Estado não pode limitar sua função à redução dos riscos aos investimentos privados.

A instabilidade do sistema de poder global, conflitos bélicos e assimetrias históricas são fatores que ampliam as incertezas quanto à temporalidade e trajetória da transição energética em curso, em especial sobre três pontos: (i) se essas mudanças resultarão na transição ou apenas na expansão e diversificação das fontes de oferta energética; (ii) se essas transformações aprofundarão as desigualdades geoeconômicas internacionais e subnacionais existentes ou se serão capazes de incorporar a participação e o diálogo social para torná-las justas e inclusivas; e (iii) se a transição energética vai realmente contribuir para o enfrentamento da crise ecológica ou, através das mudanças que impõe ao território, irá acelerar o problema.

O debate crítico sobre os riscos e as potencialidades inerentes à transição energética é essencial para pensar as singularidades do caso brasileiro e transformar essa agenda em uma oportunidade de desenvolvimento industrial e social em bases sustentáveis e inclusivas. Esse foi o exercício que desenvolvemos no presente seminário.

A longa trajetória de descarbonização de nossa matriz energética, cerca de três vezes mais renovável que a média global, associada às múltiplas vantagens comparativas nacionais, podem nos colocar na vanguarda desse processo. No entanto, a descarbonização segue como um desafio incontornável ao país. Somos o quinto país que mais emite gases de efeito estufa no mundo, decorrente majoritariamente do desmatamento e do uso da terra, com destaque para as atividades de agropecuária de grande porte.

A nossa vasta biodiversidade e abundância de recursos naturais, energéticos e minerais ampliam as oportunidades brasileiras, mas também nos desafiam a reparar (i) o intenso e violento processo histórico de expropriação no qual se baseou a construção do nosso sistema energético e (ii) o processo de concentração de riqueza decorrente dele. Só assim vamos superar tanto as ameaças do fascismo à nossa democracia quanto um modelo econômico dependente e primário exportador.

A emergência climática é consequência de um modelo de acumulação e de reprodução do capital insustentável e excludente. O capital fracassou sistematicamente nas respostas e soluções a esse problema nas últimas décadas. O enfrentamento dessa questão envolve, para além da transição restrita da matriz energética, uma transformação dos parâmetros de desenvolvimento social. A lógica do capital é da produção com destruição, não com preservação e reparação. Portanto, é preciso orientar a agenda da transição energética para preservação e reparação, e em uma oportunidade de qualificação democrática, ambiental, econômica e social. Queremos um modelo de sociedade superior ao capitalismo neoliberal.

Há, de fato, uma janela de oportunidades para o Brasil. Aproveitá-la não se resume a uma estratégia de crescimento econômico submissa aos interesses das finanças verdes globais e ancorada na importação de tecnologia, geração de empregos e pesquisa realizadas no exterior. A transição energética no Brasil precisa responder ao interesse e à soberania nacional.

É preciso associar processos de descarbonização e de avanço em direção a novas rotas tecnológicas às noções de desenvolvimento e industrialização e, sobretudo, às ideias de soberania nacional e justiça social. Para isso, deve-se mobilizar o espaço público e as empresas e bancos estatais como vetores estruturantes e dinâmicos desse processo. A Petrobras, criada há 72 anos, é essencial para a garantia do abastecimento e a segurança energética nacional. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) deve impulsionar o fomento à infraestrutura, transição energética e descarbonização, e não à privatização de bens essenciais aos brasileiros e brasileiras. O protagonismo brasileiro nessa agenda também passa pela reestatização de ativos estratégicos, tal como a Eletrobrás, e por resgatar a cooperação latinoamericana.

É necessário planejamento e coordenação pública da transição energética. Planejamento que deve incluir políticas de adaptação e resiliência, além de considerar os eventos climáticos extremos, cada vez mais frequentes, e seus impactos sobre os territórios e populações mais vulnerabilizados. É indispensável incorporar a noção da transição energética justa, inclusiva e solidária na agenda brasileira.

O conceito de transição energética justa está em disputa e tem sido capturado por narrativas empresariais de *greenwashing*. Para nós, da sociedade civil e movimentos sociais, o conceito de transição energética justa representa a necessidade de enfrentamento das mudanças climáticas, associado às oportunidades presentes no Brasil de alavancar novas cadeias produtivas em torno das energias renováveis e reposicionar o país nas cadeias de valor globais. Representa, também, a busca por criação de novos postos de trabalho decente, capacitação e qualificação profissional, diálogo e participação social, desenvolvimento regional, inclusão das comunidades atingidas e garantia de serviços públicos de qualidade com modicidade tarifária. Ademais, para ser justa, a transição precisa enfrentar o problema da pobreza energética, que atinge mais de 19% dos domicílios brasileiros, e implementar pautas históricas dos movimentos sociais, como a agroecologia, reforma agrária, moradia digna.

Consideramos que o Brasil está diante de uma oportunidade histórica na questão energética que vai moldar o nosso processo de desenvolvimento nas próximas décadas. O Brasil tem um extraordinário potencial em energias renováveis, com força de trabalho qualificada, bases naturais vantajosas, estrutura de produção interligada e importantes instrumentos estatais. Se agir estrategicamente, com mudanças reais e concretas na regulação setorial, a transição energética pode ser um vetor dinamizador da reconstrução nacional e reorganização de uma poderosa indústria energética. Caso contrário, se aprofundará a trajetória subalterna e de reprimarização da economia.

Por isso, as organizações reunidas no “Seminário pela Transição Energética Justa no Brasil: caminhos possíveis e participação social”, realizado em Salvador, Bahia, nos dias 14 e 15 de julho, apresentamos à sociedade brasileira uma proposta de princípios orientadores para promoção de uma transição energética justa e solidária no Brasil.

Princípios para ação coletiva e unitária

- Soberania Nacional e Justiça Social
- Defesa dos Direitos Humanos Fundamentais e promoção do Diálogo Social
- Respeito ao meio ambiente e à biodiversidade
- Promoção da Democracia e da Segurança Energética
- Avanço por uma Transição Energética Justa e Popular
- Ampliação do conhecimento, democratização e controle popular nos processos de tomada de decisões sobre política energética nacional
- Combate à pobreza energética e garantia de modicidade tarifária de serviços essenciais
- Valorização do Trabalho e promoção de Trabalho Decente
- Garantir os direitos e a segurança das populações atingidas
- Fortalecer a soberania alimentar e a produção de alimentos saudáveis pelo campesinato
- Planejamento público para promoção de uma indústria nacional de baixo carbono
- Fortalecimento das empresas estatais
- Retomada do controle da Eletrobras
- Ampliação da transparência de dados e informações sobre setor energético nacional
- Combate às desigualdades regionais
- Aprofundar a integração energética solidária na América Latina

Entidade signatárias

CUT (Central Única dos Trabalhadores)

CNU (Confederação Nacional dos Urbanitários)

FETRAF-BA (Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no estado da Bahia)

FUP (Federação Única dos Petroleiros)

Ilumina (Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético)

INEEP (Instituto Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis)

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)

MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores)

POCAE (Plataforma Operário Camponesa da Água e da Energia)

UNISOL Bahia (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários)

